

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco

Folha de S. Paulo

[Título: Campanha 'contra Eletrobras' gera polêmica](#)..... 5

Valor Econômico

[Título: Minas e Energia gera polêmica com críticas em rede social](#)21

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Eletrobras fecha acordo para encerrar ação coletiva nos EUA e.....	2
Título: Protecionismo primitivo	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: EUA impõem cota ao aço, e siderúrgicas aceitam	6
Título: Novo contrato de luz para São Paulo restringe a concorrência	9
Título: Promotores fazem busca na casa de ex-diretora do Ilume	11
Título: Andrade Gutierrez deixa de pagar US\$ 345 mi e nota é rebaixada.....	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: CVM suspende preço mínimo para CPFL	14
Título: Cota dos EUA vai derrubar venda de aço brasileiro	15
Título: Rússia lança ao mar a primeira usina nuclear flutuante do mundo	17
Título: CSN adia assembleia e minoritários questionam	18
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: Cotas reduzem exportação de aço aos EUA	19
Título: Nas entrelinhas	20

VEÍCULO: Valor Econômico	21
Título: Minas e Energia gera polêmica com críticas em rede social	21
Título: Eletrobras aponta incertezas sobre privatização	23
Título: Sem reajuste, Angra 3 ficará inadimplente no fim do mês, diz relator	24
Título: Produção de petróleo tem alta de 0,3% em março	25
Título: Com cotas, venda de aço aos EUA deve cair 20%.....	26
Título: Bancos aderem à ação contra Petrobras	28
Título: Emenda à MP 811 opõe Petrobras e setor petroquímico	29
Título: Engie busca novos ativos em leilões	30
Título: Venda da Amazonas Energia esbarra na Cigás e em aprovação.....	31
Título: Eletrobras fecha acordo 'positivo' nos EUA	33

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Eletrobras fecha acordo para encerrar ação coletiva nos EUA e

Papéis subiram 4,46% com perspectiva de saída para processo por corrupção.

A Eletrobras assinou um memorando de entendimento para encerrar uma ação coletiva de investidores nos EUA, que alegam perdas provocadas por esquemas de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato. A empresa deve pagar US\$ 14,75 milhões (cerca de R\$ 52,3 milhões) para encerrar o processo. O acordo ainda precisa ser aprovado pela Justiça americana. Com o anúncio, antecipado pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim, as ações da estatal subiram ontem 4,46%, para R\$ 19,92. Segundo analistas, o acordo é positivo para a empresa em meio a outros problemas para resolver antes da privatização, que ainda enfrenta resistências no Congresso. Donos de ações da Eletrobras compradas no mercado americano (chamadas American Depositary Shares, ADS) pedem reparação por perdas provocadas por investimentos superfaturados revelados pela Lava-Jato.

EMPRESA NÃO RECONHECE CULPA

O acordo é similar ao firmado pela Petrobras em janeiro. A petroleira pagou US\$ 2,9 bilhões para encerrar ação coletiva nos EUA motivada pela Lava-Jato. No comunicado, a Eletrobras frisa que o acordo não significa reconhecimento de culpa e que “continua a negar as alegações e acusações feitas na ação”. Para Pedro Galdi, da Mirae Corretora, o melhor em casos desse tipo é o acordo: — As leis americanas são muito rígidas, e são cumpridas. Se vai a júri popular, o risco de ter de pagar uma indenização bilionária é muito grande. Ronaldo Bicalho, especialista do setor elétrico do Instituto de Economia da UFRJ e do Ilumina, destaca que a ação é apenas um dos muitos problemas da estatal: — É mais um esqueleto para tirar do armário. E tem mais, como as dívidas das distribuidoras, que também serão privatizadas. (Colaborou Rennan Setti)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Protecionismo primitivo

O livre comércio é uma utopia, mas existem formas mais sofisticadas de criar barreiras do que as escolhidas pelo governo Donald Trump. Ele é primitivo também nisso. Ao criar cotas para a exportação brasileira de semi-acabados, está tirando matéria-prima da sua própria indústria, ao barrar o produto brasileiro pode diminuir a exportação do carvão americano. Trump não entendeu o básico.

A maneira como se encerrou a negociação da indústria brasileira de aço e alumínio exhibe a truculência do governo americano. O Brasil estava negociando com argumentos e dados. A tese era a de que nós não ameaçamos a segurança nacional americana com nossas exportações. Até que na quinta-feira à noite, o Brasil foi comunicado de que as condições seriam impostas. Para o aço, o volume máximo permitido será a média dos últimos três anos. E com um redutor de 30% quando for produto acabado, ou seja, com maior valor agregado. É aceitar ou pagar 25% de sobretaxa. A indústria considerou que esse valor faria o país perder o mercado americano e aceitou as cotas. A exigência de cotas é uma ilegalidade do ponto de vista da Organização Mundial do Comércio, mas tudo o que acontecerá se o governo brasileiro se queixar à OMC é um longo painel, ouvindo as partes, e por fim, o direito de retaliar.

No caso do alumínio, o setor aceitou a sobretaxa de 10%. Há uma integração entre Brasil e Estados Unidos em carvão e aço. O Brasil importa US\$ 1 bilhão por ano de carvão dos Estados Unidos. E, do que exporta, 80% são produtos semi-acabados, ou seja, matéria-prima para a siderurgia americana. Se o governo Trump quer que a siderurgia dos Estados Unidos cresça mais, terá que importar o aço não comprado no Brasil, de outro país. Do contrário, a sua indústria ficará

com limitação de produção. O protecionismo, ao barrar as correntes de comércio, reduz a atividade econômica nos países. A ideia de que “importação é prejuízo” e que “exportação é lucro” é uma visão antiga. O Brasil poderia considerar que está tendo um enorme prejuízo com o comércio com os Estados Unidos.

O governo calcula que, nos bens e serviços, o país acumulou em 10 anos déficit de US\$ 250 bilhões com os americanos. Na balança comercial, o Brasil tinha grandes saldos positivos no início da década passada, mas o desempenho foi minguando no governo Lula até inverter, em 2009. De lá para cá, a balança acumula déficit de US\$ 46,3 bi com os EUA, mesmo após o superávit de US\$ 2 bi em 2017. O protecionismo no comércio de aço sempre existiu, e o arsenal tem tarifas, cotas, sobretaxas, salvaguardas.

Mas desta vez o governo americano nem fez esforço para dar ares de legalidade ao processo. Em agosto do ano passado, os EUA comunicaram que estavam iniciando uma investigação com base na seção 232 do acordo internacional de comércio, para verificar a existência de dano à indústria local. Daí partiu para dizer que, excluindo-se o Canadá e o México, todos os países teriam barreiras ao comércio. Incluiu o Brasil numa lista de 11 países que estariam fazendo triangulação de produtos da China. O Brasil provou que não está fazendo esse repasse do aço chinês. Foi então colocado na lista dos países como Argentina, Austrália, Coreia do Sul e União Europeia, com os quais eles negociariam.

E mostrou que deveria ter um tratamento diferenciado por todos aqueles argumentos, mas na quinta-feira os EUA avisaram que estavam encerrando unilateralmente a negociação. O mundo está com um grande excedente de capacidade de produção, de mais de 600 milhões de toneladas, e para o Brasil manter o nível de ocupação, que está em 68% da capacidade, tem que aceitar a limitação. Até porque os Estados Unidos recebem um terço de tudo o que o Brasil exporta. Diante da dificuldade, a indústria começou a pedir o que sempre quis, algum subsídio através do programa chamado Reintegra. Essa não é a solução, principalmente num momento de penúria nos cofres públicos e depois da grande alta das transferências de recursos fiscais para empresas.

Os exportadores alegam que o Reintegra não é subsídio e sim a devolução de impostos remanescentes na cadeia produtiva. É um grande e ocioso debate. No ano passado, antes de tudo isso acontecer, o setor já pedia um aumento do Reintegra. Não se combate um mal com outro mal. Um ato explícito de protecionismo não pode ser compensado com uma decisão velha de subsidiar a produção. Ao governo brasileiro resta protestar na OMC. E torcer para que os importadores de produtos brasileiros nos EUA mostrem o quanto estão perdendo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Reuters**Título:** Campanha 'contra Eletrobras' gera polêmica

Anúncio do **Ministério de Minas e Energia** publicado em redes sociais parece culpar a empresa.

Um homem de idade com uma boina e um olhar de reprovação manda o recado do governo brasileiro: "Você por acaso é sócio da Eletrobras? Preço justo já!".

O anúncio, publicado nas páginas do Ministério de Minas e Energia em redes sociais, parece culpar a maior empresa de energia do país, controlada pelo Estado, pela disparada das tarifas de eletricidade nos últimos anos.

A campanha, divulgada em um momento em que o governo tenta privatizar a Eletrobras, gerou revolta do representante dos empregados no conselho de administração da companhia e reações contrárias de especialistas.

"Eu fico impressionado com a falta de informação... a Eletrobras foi sacrificada para que não tivéssemos tarifas muito maiores do que estão", disse o consultor Roberto Pereira D'Araújo, do Instituto Ilumina, ex-conselheiro de Furnas, subsidiária da Eletrobras no Sudeste e Centro-Oeste.

A peça publicitária do governo sobre a estatal diz que o consumidor "sempre paga caro pela energia" e cita as bandeiras tarifárias, que elevam o valor da conta de luz quando a geração das hidrelétricas é menor --em épocas de pouca chuva, por exemplo.

"Com a modernização da Eletrobras, essa história de mudar a cor da bandeira vai acabar", promete a campanha.

A afirmação, porém, soa estranha porque o acionamento das bandeiras tarifárias é atribuição da Aneel (agência reguladora), assim como a definição das tarifas, diz a professora FGV e ex-diretora do órgão regulador, Joísa Dutra.

"Fiquei um pouco surpresa porque uma pessoa desavisada pode ser levada a entender errado", disse a especialista, que defende a privatização.

Procurada sobre o assunto, a Aneel afirmou que não vê relação entre a privatização da Eletrobras e as bandeiras tarifárias. Disse ainda que a revisão do sistema de bandeiras é anual e independe do processo de desestatização.

A economista Elena Landau, que presidiu o conselho de administração da Eletrobras e também é a favor da privatização, concorda com as críticas. "A propaganda está obscura, é difícil de entender a mensagem. [O governo] está perdendo uma oportunidade de explicar melhor os mitos e verdades da privatização", afirmou.

Procurado, o Ministério de Minas e Energia não comentou. A Eletrobras disse que não iria se pronunciar sobre a campanha do governo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Patricia Campos Mello, Nicola Pamplona e Mariana Carneiro

Título: EUA impõem cota ao aço, e siderúrgicas aceitam

Restrição às exportações do Brasil foi a oferta final do governo de Donald Trump.

Na última quinta-feira (26), um representante do escritório de comércio dos EUA ligou para um negociador do governo brasileiro e avisou: vocês têm 24 horas para aceitar nossa proposta de limitação de exportações, senão nós vamos impor as tarifas de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio.

O tamanho das cotas, considerado inaceitável pelo governo brasileiro, vinha sendo discutido entre Brasília e Washington, mas, naquele telefonema, o emissário do governo Donald Trump deixou claro que a negociação havia acabado.

O processo foi semelhante com o governo argentino, que também recebeu um ultimato na semana passada. Mas o governo de Mauricio Macri vendeu como um trunfo seu "acordo" com os Estados Unidos, que resultou na retirada das tarifas sobre o aço e alumínio e estabelecimento de cotas.

Isso embora a Argentina tenha saído ligeiramente mais prejudicada que o Brasil na negociação: os argentinos terão de reduzir sua exportação de aço em 14% em relação ao volume exportado em 2017, para se manter dentro da cota de 180 mil toneladas.

Já o Brasil, levando em conta o total de exportações de aço (acabados e semi), terá de reduzir em 12% em relação ao total de 2017 para ficar dentro do limite de 4,1 milhões de toneladas, segundo apurou a Folha a partir de dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos.

"Eles disseram que a decisão foi tomada em nível presidencial, que as condições políticas haviam mudado e que não havia mais condições de continuar negociando", diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente do IABr (Instituto Aço Brasil, que reúne as siderúrgicas). "É pegar ou largar."

Em nota, o governo brasileiro deixou claro que as cotas haviam sido impostas e que não houvera acordo, como dissera a casa Branca. "O governo brasileiro lamenta que o processo negociador tenha sido interrompido e reitera seguir aberto a construir soluções razoáveis para ambas as partes", diz o texto.

Segundo observadores, o governo Macri se apoia muito na imagem de ter acesso privilegiado e preferencial à Casa Branca de Trump, então optou por vender o acordo como um trunfo.

A Coreia do Sul, outro grande exportador de aço, concordou em limitar suas vendas a 70% da média dos últimos três anos. A Austrália, o Canadá e a União Europeia vêm afirmando que não aceitarão a limitação de exportações.

Os Estados Unidos são o segundo principal mercado do Brasil no exterior, atrás somente da China. O aço respondeu por 10% das exportações ao país.

Mello Lopes disse que o setor prefere as cotas ao risco de reduzir ainda mais o nível de utilização do parque siderúrgico local, que opera a 68% de sua capacidade instalada.

A alternativa às cotas seria a imposição de uma tarifa adicional de 25% sobre as exportações brasileiras, como já estipulado a outros países.

A oferta final americana limita as exportações de aços semiacabados, aqueles que ainda serão processados em siderúrgicas americanas, à média dos últimos três anos, ou 3,5 milhões de toneladas. O volume representa uma queda de 7,4% com relação ao verificado em 2017.

No aço acabado, que é comprado pela indústria e construção civil, foi imposto um redutor de 30% sobre a média dos últimos três anos. Isso limita as exportações a 496 mil toneladas por ano. Dependendo do produto, a queda nas vendas oscila entre 20% e 60%.

O mundo vive um momento de sobreoferta de aço, que motivou a guinada protecionista dos Estados Unidos e hoje soma aproximadamente 700 milhões de toneladas, ou cerca de ¼ da capacidade global de produção.

Na definição do presidente do IABr, as propostas de redução de tarifas sobre importações foram "autistas" e "desconectadas do mundo real".

O governo tentou até a última hora mudar o período utilizado para o cálculo das cotas, alegando que os números de 2015 e 2016 foram baixos, o que acabou deixando as cotas abaixo do desejado pelo setor. E fez questão de indicar insatisfação com a decisão do governo Trump. A nota divulgada pelo Brasil destoa do padrão diplomático habitual.

Como o Brasil teve de aceitar as condições impostas pelos americanos, a expectativa é que o país não recorra à OMC, como já indicou a União Europeia, que poderá retaliar os EUA no futuro.

No caso do Brasil, além do dano imediato ao setor siderúrgico exportador, a retaliação, se alcançada, levaria o Brasil ao mesmo impasse do caso do algodão. Vencida a batalha, o país se veria sem condições de cortar compras dos EUA, sob pena de prejudicar sua própria economia.

A escolha do governo brasileiro pelo diálogo, disse uma fonte governamental, teve como objetivo proteger a indústria brasileira, que participou da negociação e avaliou que a cota seria menos penosa do que a sobretaxa de 25%.

Outro indicativo da insatisfação da diplomacia brasileira é a informação de que o Brasil não participará da operação do sistema de cotas, no dia a dia. Isso ocorrerá diretamente entre o governo dos EUA e os importadores locais.

Diante das declarações do Brasil, a Casa Branca manteve o tom pouco cordial e fez uma ameaça velada. "Os Estados Unidos e o Brasil chegaram a um acordo em princípio sobre alternativas satisfatórias para atender a ameaça à nossa segurança nacional gerada pelas importações de aço e alumínio", disse a porta-voz da Casa Branca, Lindsay Walters, em comunicado.

"Os detalhes desse acordo em princípio não foram finalizados. Se as alternativas não forem concluídas em breve, o presidente vai considerar reintroduzir as tarifas", disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Joana Cunha

Título: Novo contrato de luz para São Paulo restringe a concorrência

Segundo candidatos, exigências só podem ser atendidas por vendedor sob suspeita.

Câmeras instaladas para a cobertura do Carnaval que estejam em postes da prefeitura sejam desligadas.

Enquanto não se resolve o imbróglio da maior PPP da iluminação pública do mundo, em São Paulo --que foi congelada para investigação após suspeita de fraude neste ano--, a prefeitura lançou consulta pública para uma espécie de "contrato-tampão", mas a iniciativa vem sendo criticada.

Empresas que gostariam de se candidatar a uma reedição da concorrência para prestar o serviço de manutenção da iluminação consideram que o texto da consulta traz exigências difíceis de serem atingidas. A FM Rodrigues, que atualmente presta o serviço, teria mais facilidade de vencer.

Depois que veio a público, em março, uma série de gravações em que Denise Abreu, ex-diretora do Ilume (departamento de iluminação pública), demonstrava preferência pelo consórcio FM Rodrigues/Consladel (que viria a vencer a PPP), a prefeitura limitou o contrato, deixando a vencedora fazer só os serviços essenciais de manutenção.

Em paralelo, em 10 de abril, lançou a consulta pública para fazer um novo edital de concorrência para a manutenção. O texto da consulta ainda pode ser mudado, mas desagradou a potenciais candidatos.

Rodson Lopes, diretor da Engeluz, reconhece que a exigência de qualificação precisa ser alta numa cidade como São Paulo, mas considerou a consulta limitadora. "As qualificações da consulta estão bem restritivas.

"Se o texto for mantido, novos candidatos terão de mostrar atestado de que executaram manutenção em redes de iluminação em pelo menos 250 mil pontos em 12 meses ininterruptos. A exigência é considerada alta até para consórcio.

"Tenho 250 mil pontos, só não sei se atende a cronologia que eles pedem, estamos fazendo contas. Tem de ser em 12 meses. Se somar meus atestados, dá mais de 1 milhão de pontos, mas em anos diferentes", diz Lopes, cuja empresa atua em mais de 40 cidades.

Maior contrato do país, a cidade de São Paulo tem mais de 600 mil pontos.

Paulo Bellotti, sócio da Ilumitech, com experiência em dez municípios, destaca que a consulta cita execução de serviços de iluminação em túneis, o que, segundo ele, também restringe a concorrência porque há poucas cidades com grandes túneis no Brasil.

"É a típica coisa que colocam só para dificultar. No túnel, a complexidade é a mesma do ponto de vista elétrico, de mão de obra e do produto. Mas, como em São Paulo tem muito túnel, é mais uma coisa que só eles conseguem atingir", diz.

O empresário também tem a avaliação de que a vigência do contrato, de um ano com possível prorrogação, não viabiliza o investimento em estrutura e pessoal. O esforço é mais coerente se a empresa já presta o serviço.

"Para fazer São Paulo inteira, precisaria de uns 70 caminhões. Os contratos de compra ou aluguel de caminhão são mais longos. O que você faz com tudo isso se não renovar o contrato? Tem que demitir a mão de obra, pagar direito trabalhista", afirma.

Para Bellotti, a prefeitura deveria fatiar o serviço em lotes menores para facilitar a entrada de mais empresas e não ficar sempre com a mesma. A FM Rodrigues, que ganhou o contrato de R\$ 7 bilhões para a PPP neste ano, já vinha levando muitos contratos em São Paulo.

Além de dar um contrato emergencial para a empresa que agora é investigada, a prefeitura prorrogou duas vezes a licitação com a FM, em 2013 e 2015.

O advogado Paulo Leme, um dos autores de uma ação popular que obteve liminar para suspender a PPP após o escândalo -- medida depois derrubada --, questiona o processo.

"O princípio da administração é atrair o máximo possível de competidores. Chamam a atenção os itens que limitam esse número de concorrentes e facilitam a vida de quem já presta o serviço", diz Leme.

Procurada, a FM Rodrigues nega que vai se candidatar. A prefeitura diz que os interessados tiveram prazo para apresentar críticas à consulta e que serão avaliadas para possível incorporação ao edital.

ENTENDA O CASO

R\$ 7 bilhões é o valor da PPP da iluminação pública paulistana, congelada após suspeita de fraude Fev.

2018 - Consórcio FM Rodrigues/Consladel ganha o contrato para a PPP

Mar.2018 - Denise Abreu perde o cargo de diretora do Ilume após divulgação de áudios em que ela demonstra preferência por consórcio que venceria a PPP

Abril.2018 - Prefeitura lança consulta pública para novo edital de manutenção

604.575 é o número de lâmpadas cadastradas na distribuidora de energia de São Paulo

93.649 são as lâmpadas de LED. O restante ainda são os modelos antigos de sódio, vapor metálico e indução, que precisam ser renovadas

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Joana Cunha

Título: Promotores fazem busca na casa de ex-diretora do Ilume

Departamento de iluminação da prefeitura de São Paulo virou alvo após vazamento de áudios.

A casa de Denise Abreu, ex-diretora do Ilume (departamento de iluminação pública do município de São Paulo) e as instalações do Ilume foram alvo de busca e apreensão nesta quarta-feira (2).

A operação decorre de um escândalo que estourou em março quando vieram a público gravações em que Denise Abreu demonstrava preferência por um dos consórcios na disputa pelo contrato da maior PPP (Parceria Público-Privada) de iluminação do mundo. O contrato é de R\$ 7 bilhões com validade de 20 anos.

Denise Abreu, que foi demitida do Ilume após vazamento de gravações que colocaram contrato sob suspeita, com o ex-prefeito João Doria

Denise Abreu, que foi demitida do Ilume após vazamento de gravações que colocaram contrato sob suspeita, ao lado do ex-prefeito João Doria -
Reprodução TV Globo

As buscas desta quarta-feira foram realizadas pelos promotores de Justiça do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado) e do Patrimônio Público e Social da Capital Letícia Ravacci, Neudival Mascarenhas e José Carlos Blat.

"Os promotores investigam pagamento de vantagens indevidas a ex-funcionários do Ilume e já recomendaram a suspensão e posterior rescisão do

contrato subscrito recentemente entre a administração municipal de São Paulo e o consórcio FM Rodrigues, vencedor da licitação da PPP (Parceria Público-Privada) da iluminação pública", informa o comunicado do Ministério Público de São Paulo.

A medida de busca e apreensão foi autorizada pelo Dipo (Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária) de São Paulo e teve auxílio de policiais do GOE (Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil).

Procurado, o advogado de Denise Abreu, Roberto Podval, não quis comentar o assunto.

Divulgados no dia 21 de março, os áudios foram gravados por uma ex-funcionária do Ilume, Cristina Chaud Carvalho, no segundo semestre do ano passado. As gravações mostram Denise Abreu declarando preferência pelo consórcio FM Rodrigues/Consladel, que viria a vencer a disputa pelo contrato bilionário no início deste ano, graças à desabilitação do consórcio adversário, o Walks — formado pelas empresas Quatro Participações, a WPR (subsidiária do grupo WTorre) e a KS Brasil Led Holdings.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Andrade Gutierrez deixa de pagar US\$ 345 mi e nota é rebaixada

Agência de classificação de risco considera baixa a liquidez da companhia.

A construtora Andrade Gutierrez, uma das maiores empreiteiras do país e implicada na Operação Lava Jato, deixou de pagar US\$ 345 milhões em títulos emitidos no exterior que venceram na segunda-feira (30) e viu suas notas de créditos serem rebaixadas pela agência de classificação de risco Fitch.

Os ratings de probabilidade de inadimplência do emissor (IDR) de longo prazo em moeda estrangeira e local da Andrade Gutierrez Engenharia (AGE) foram de "B-" (altamente especulativo) para "RD" (inadimplência restrita). Procurada, a Andrade Gutierrez ainda não se manifestou.

Os IDRs apontam a vulnerabilidade de uma entidade à inadimplência em relação às suas obrigações financeiras.

O patamar "B" indica significativo risco de inadimplência, porém com uma limitada margem de segurança. Nele, os compromissos financeiros continuam

sendo honrados, mas a capacidade de se continuar efetuando pagamentos é tida como vulnerável.

Já o rating "RD" indica para a Fitch que o emissor está inadimplente no pagamento não resolvido de um bônus, empréstimo ou outra importante obrigação financeira, mas que não entrou legalmente em processo de recuperação judicial, intervenção administrativa, liquidação ou encerramento formal ou que não encerrou suas atividades.

A Fitch afirma que a liquidez da Andrade Gutierrez tem sido baixa em relação a suas obrigações de dívida, o que impediu a construtora de amortizar os vencimentos de títulos no exterior. A agência diz que a construtora deixou de pagar US\$ 500 milhões devidos a credores que adquiriram títulos emitidos por ela no exterior, mas já comprou de volta do mercado US\$ 155 milhões.

A companhia alega, de acordo com a Fitch, que está em fase final de negociação para um novo empréstimo que seria usado para amortizar títulos. Mas o negócio esbarrou na decisão do TCU (Tribunal de Contas da União), que decretou na quarta (25) o bloqueio de R\$ 508,3 milhões em bens da empresa por suspeitas de superfaturamento no contrato de obras civis da usina nuclear de Angra 3, no Rio.

A Fitch também rebaixou as notas seniores sem garantia da Andrade Gutierrez Internacional de "B-" para "C".

A agência diz que um histórico de serviço da dívida em linha com o cronograma original de vencimento para obrigações de dívidas futuras pode resultar em uma ação de rating positiva.

"A Fitch rebaixaria o rating da AGE para 'D' em caso de pedido de falência, administração, liquidação judicial, liquidação, outro procedimento formal de liquidação ou se ela deixasse de operar."

Andrade Gutierrez faz acordo e confessa propina em obras

A Moody's, outra agência de classificação de risco, também emitiu nota sobre a situação, embora não tenha mexido nas notas da Andrade Gutierrez.

Segundo a Moody's, uma vez concluída, a transação de financiamento permitira o pagamento integral das notas seniores sem garantia com vencimento em 2018 emitidas pela AG International e garantidas pela AGE.

"Se a transação não for concluída com sucesso, é altamente improvável que a AGE possa pagar os títulos usando suas fontes internas", disse a agência.

A Moody's afirmou que implicações de classificação dependerão da avaliação da severidade das perdas para os credores.

A agência ressalta que, no fim de setembro de 2017, a AGE tinha US\$ 190 milhões (R\$ 665 milhões) em caixa em seu balanço, o que representaria apenas 55% do montante em circulação das notas que venceram na segunda.

"Estimamos que pelo menos uma parte desse caixa tenha sido consumida devido à geração de fluxo de caixa livre negativo da empresa na ordem de cerca de R\$ 250 milhões por trimestre. A redução adicional provavelmente foi mitigada pelos esforços de venda de ativos do grupo, que até agora arrecadaram cerca de R\$ 750 milhões em recursos."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: CVM suspende preço mínimo para CPFL

Em decisão anterior sem precedentes, superintendência da autarquia tinha mandado chinesa State Grid desembolsar R\$ 1 bi a mais pelo negócio.

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) suspendeu ontem a decisão da superintendência de registro (SRE) da autarquia que, em fevereiro, havia definido um preço mínimo para a oferta pública de ações da CPFL Renováveis. Por outro lado, manteve a determinação para a chinesa State Grid reapresentar a demonstração de preços oferecidos pelos papéis com alguns ajustes. O resultado consta da ata da reunião de ontem, divulgada no fim da noite.

Na prática, a CVM acatou parcialmente o recurso da chinesa depois que os minoritários reclamaram do preço ofertado. No voto do presidente da autarquia, Marcelo Barbosa, há críticas a uma série de justificativas dadas pela State Grid em seu recurso. Uma delas foi a desvinculação do preço da CPFL Renováveis daquele ofertado pela controlada CPFL Energia. A decisão de ontem é mais um capítulo na briga bilionária entre a gigante chinesa e os minoritários da CPFL Renováveis, representados por grandes investidores, como Pátria e BTG.

A State Grid foi responsável por uma das maiores transações do País em 2016 ao adquirir o Grupo CPFL Energia. Entre a compra do controle e das ações no mercado, a empresa desembolsou algo em torno de R\$ 25 bilhões. O negócio também incluía a compra das ações da CPFL Renováveis, uma subsidiária do grupo de energia. Foi aí que começou o conflito. A chinesa oferecia R\$ 12,20

para adquirir a participação no mercado, bem abaixo dos R\$ 25 oferecidos para os minoritários da holding.

Os acionistas da Renováveis não aceitaram a proposta e entraram com uma reclamação na CVM, que em fevereiro decidiu a favor dos minoritários. Na decisão, além de estipular um preço mínimo de R\$ 16,69 para a oferta pública de ações – o que elevaria em R\$ 1 bilhão o valor do negócio –, a SRE desqualificou o laudo elaborado pelo Banco Fator a pedido da State Grid. De acordo com a ata da reunião de ontem, nesse quesito, o presidente da CVM entendeu "procedentes as inconsistências apontadas pela área técnica no que se refere a forma de utilização dos parâmetros de perpetuidade e das taxas de impostos, bem como a escolha das "empresas comparáveis" pelo avaliador".

Em vários itens, o executivo deu razão à área técnica sobre metodologias de cálculos usadas pela State Grid para definir o preço das ações na oferta pública. Barbosa afirma que a maneira mais objetiva de se realizar uma demonstração de preços consistente e com profundidade seria usar os mesmos critérios de avaliação tanto para a controladora quanto para a controlada. Embora a suspensão sobre o preço mínimo seja favorável à State Grid, as ponderações feitas pelo colegiado da CVM apontam que novas mudanças terão de ser feitas até que se chegue a uma conclusão. Os cálculos que levaram ao preço inicial de R\$ 12,2 ofertado pela chinesa aos minoritários parecem não ter convencido a CVM.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Cota dos EUA vai derrubar venda de aço brasileiro

Volume será calculado pela média das exportações de 2015 a 2017; no caso dos produtos acabados, haverá ainda redutor de 30%.

Cedendo a uma medida unilateral imposta pelos Estados Unidos, o setor siderúrgico concordou em reduzir suas exportações para aquele mercado com a adoção de cotas, informou ontem o presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo Mello Lopes. Na comparação com 2017, haverá uma redução de 7,4% nas exportações de aço semiacabado, que representam 80% das vendas para aquele mercado. Para os produtos acabados, a queda será de 20% a 60%, dependendo do produto. No ano passado, as exportações de aço para os EUA renderam US\$ 2,5 bilhões.

Nos dois casos, a cota será dada pela média das exportações brasileiras para os Estados Unidos no período de 2015 a 2017. No caso dos produtos acabados,

será aplicado ainda um redutor de 30% sobre a média. Esse redutor não será aplicado aos semiacabados, que são insumo para a indústria local. "Exportação continua sendo vital", disse Lopes, ao explicar que a indústria siderúrgica ocupa no momento 68% de sua capacidade e precisa manter a produção.

Para o executivo, "o acordo não foi de todo ruim", principalmente porque foi apresentado num formato "pegar ou largar". Na segunda-feira, os americanos, que vinham dialogando sobre a possibilidade de excluir o Brasil das sobretaxas ao aço e ao alumínio anunciadas em março, deram suas negociações com o Brasil por encerradas e colocaram sobre a mesa duas opções: cota ou sobretaxa de 25% sobre as vendas de aço e de 10% sobre as de alumínio.

Com base nisso, o presidente Donald Trump disse na noite de segunda-feira que havia um acordo "em princípio" com o Brasil e faltariam fechar os detalhes. O governo brasileiro negou. "Foi uma decisão unilateral, é bom deixar isso muito claro", afirmou ontem o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge. O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, disse ao Estado que os americanos não deixaram opção.

Acertos.

Segundo o presidente do IABr, a proposta das cotas será aceita e a entidade discutirá com seus associados a distribuição dos volumes a serem exportados aos EUA. O sistema de cota é do tipo "duro" – ou seja, volumes acima da cota não poderão ser exportados, nem se pagarem a sobretaxa de 25%. "Nós estamos pedindo que os EUA mantenham o volume das nossas exportações para o comércio americano", disse Marcos Jorge. Uma hipótese seria alterar o critério de cálculo da cota, usando como base apenas o ano de 2017, já que em 2015 e 2016 as vendas foram menores.

Esse foi o pedido apresentado pelo IABr, segundo Lopes. Ele acrescentou que haverá um sistema de monitoramento das exportações e que, dependendo, poderá haver algum tipo de ajuste. "Nossa visão é que faltará aço nos Estados Unidos." Alumínio. Embora o governo brasileiro tenha colocado numa nota conjunta dos Ministérios da Indústria e das Relações Exteriores que o setor de alumínio optou pela sobretaxa de 10%, a informação foi negada pelo presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Milton Rego.

Ele afirmou ao Estado que essa é uma opção menos ruim do que a cota. Mas, como o governo dos EUA deu um prazo adicional para concluir as negociações, ele prefere esperar. Para o alumínio, os EUA ofereceram uma cota de 41 mil toneladas, correspondente à média exportada nos últimos cinco anos. No entanto, as exportações do ano passado somaram 55 mil toneladas. E o ritmo das vendas neste ano aponta para 60 mil toneladas. A cota oferecida pelos

americanos não acomoda nem o que já foi contratado de exportações neste ano. / FERNANDA GUIMARÃES, LU AIKO OTTA, RENAN TRUFFI E TÂNIA MONTEIRO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional

Autor:

Título: Rússia lança ao mar a primeira usina nuclear flutuante do mundo

A Rússia anunciou o lançamento da primeira usina nuclear flutuante do planeta, a Akademik Lomonosov. Esse monstro marítimo já ganhou as águas do Mar Báltico e tem como destino final o Ártico, onde servirá como planta energética para um porto, uma usina dessanilizadora e para plataformas russas de extração de petróleo instaladas na região.

Atualmente, o equipamento se desloca pelo mar sem qualquer tipo de combustível nuclear, o que deve acontecer somente na última parada, no porto de Murmansk, na qual a Akademik Lomonosov será abastecida. A programação divulgada pela Rússia prevê que a usina flutuante seja rebocada ao longo de mais de 5 mil quilômetros até a costa da cidade de Chukotka, quase no Alasca. A previsão é de todo o trajeto seja finalizado em 2019, quando a usina entra em funcionamento.

A opção por transportar a estrutura sem combustível veio após críticas dos países pelos quais ela passará. Diante do temor de possíveis acidentes nucleares, autoridades da Rosatom, companhia estatal russa responsável pela fabricação da primeira usina nuclear flutuante do planeta, pensou em uma alternativa e incluiu a parada no porto da cidade russa localizada a 200 km ao norte do Círculo Polar Ártico.

Até o seu destino final, a Akademik Lomonosov contornará a costa de cinco países: Estônia, Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega.

Críticas

O Greenpeace, um dos principais grupos ativistas do meio ambiente do mundo, considerou "irresponsável" a existência de uma estrutura nuclear flutuando no Ártico. Para os ativistas, o equipamento, ironicamente chamado de "Titanic nuclear" e "Chernobyl flutuante", representa uma ameaça ao ecossistema da região.

“Testar um reator nuclear em uma área densamente povoada como o centro de São Petersburgo é irresponsável, para dizer o mínimo”, declarou Jan Haverkamp, especialista em energia nuclear do Greenpeace para a Europa Central e Oriental. “Entretanto, levar o teste desse ‘Titanic nuclear’ para longe da visão do público não o faz menos irresponsável: reatores nucleares pelo oceano Ártico representarão uma ameaça incrivelmente óbvia ao frágil meio ambiente que já está sob a enorme pressão da mudança climática.”

Como outros países já demonstraram interesse em contratar usinas flutuantes, o Greenpeace vê a situação como uma ameaça ampla. “Esse empreendimento perigoso é uma ameaça não apenas ao Ártico, mas, potencialmente, também a outras regiões naturais vulneráveis e densamente povoadas”, completou Haverkamp.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: CSN adia assembleia e minoritários questionam

A assembleia dos acionistas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que foi remarcada para o fim de junho, promete ser tumultuada, mesmo deixando de lado as questões familiares que têm agitado os negócios dos Steinbruch. Dessa vez, acionistas minoritários da siderúrgica a acusam de realizar uma "manobra" para evitar a eleição de indicados pelo grupo para o conselho fiscal. A alegação é de que a CSN cancelou um dia antes a assembleia, que ocorreria no dia 27 de abril, porque percebeu que os acionistas conseguiriam votos para instalar o conselho fiscal, como já deixava claro o boletim de voto a distância.

» Cronologia.

No mesmo dia em que o mapa consolidado do voto a distância foi divulgado, a CSN cancelou a Assembleia Geral Ordinária (AGO), alegando que a Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional não teve seus candidatos ao conselho fiscal incluídos no boletim. Esse grupo acredita que a CSN apenas buscou ganhar tempo para ter um nome concorrente ao indicado pelos minoritários ao conselho fiscal. No ano passado, os minoritários não conseguiram votos suficientes para a instalação do colegiado. Usualmente, o Conselho Fiscal é formado por no mínimo três membros, sendo que o controlador escolheria dois deles.

» Reclamação.

Uma reclamação dos minoritários sobre o caso está pronta para ser enviada à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A diretoria de relações com investidores da siderúrgica já tinha sido alvo de uma reclamação por conta da assembleia de 2017. Os minoritários alegaram, na ocasião, que seus candidatos ao conselho de administração e fiscal não foram incluídos no boletim de voto a distância. Procurada, a CSN não comentou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Cotas reduzem exportação de aço aos EUA

A imposição de cotas para as exportações do aço e de alumínio, sinalizada pelos Estados Unidos para o Brasil no acordo preliminar anunciado nesta semana, deverá beneficiar mais os exportadores de produtos semiacabados, que representam 80% das vendas, do que fabricantes de manufaturados. A informação é do Instituto Aço Brasil.

Segundo a entidade, pelas regras informadas pelos negociadores norte-americanos — que levam em conta a média do volume embarcado entre 2015 e 2017 —, a cota de semiacabados será de 3,5 milhões de toneladas. Isso implicará queda de 7,4% no valor exportado aos EUA.

Já o limite para a isenção da sobretaxa nos produtos acabados será de 687 mil toneladas. Mas, na prática, o montante não deverá ser alcançado devido à aplicação de medidas antidumping impostas desde 2016, que impõem um redutor nessa cota de 30%. “O teto ficará em 496 mil toneladas, o que representará queda de 20% a 60%, dependendo do segmento de produtos”, informou o instituto.

Havia dois meses, o governo brasileiro vinha negociando condições diferenciadas com os EUA para as sobretaxas de 10% sobre alumínio e de 25% sobre aço que entraram em vigor no início de março. A cobrança está suspensa durante as tratativas. Mas, com o fechamento de acordos com Argentina, Coreia do Sul e Austrália, o Brasil ficou sem alternativas. Especialistas reconhecem que o país não tem poder de barganha e que os americanos não deixaram espaço para outra possibilidade.

“O Brasil não tem saída a não ser acatar o que os EUA estão impondo, porque não tem força para fazer retaliação, como a China e a União Europeia”, explicou a especialista em comércio exterior Lia Valls, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). “Argentina, Coreia do Sul e Austrália aceitaram a negociação, mas o Brasil não conseguiu

avançar porque não tem muita margem e nem fôlego para uma negociação mais ampla. Apenas os grandes têm capacidade de retaliar os EUA”, completou.

De acordo com fontes ligadas à indústria, o acordo de cotas proposto pelos EUA desrespeita regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Por isso, deverá ser denunciado ao organismo multilateral pela China, que não teve o mesmo tratamento de Rússia e Japão. Pequim já anunciou sobretaxa de vários produtos dos EUA e já sinalizou consulta à OMC.

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, disse que o acordo imposto pelos EUA foi uma falta de consideração com o país. “O Brasil é um dos poucos países que teve déficit comercial com os Estados Unidos em 2018. Na realidade, estamos ajudando a gerar emprego nos EUA e isso deveria ser levado em conta”, destacou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política /colunas

Autor: Luiz Carlos Azedo

Título: Nas entrelinhas

O sítio e o privilégio

Nove entre dez advogados de Brasília avaliam que o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, está sendo emparedado no Supremo Tribunal Federal (STF) pelos ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli. É uma espécie de cerco e isolamento da Operação Lava-Jato, cujos desdobramentos podem ser progressivamente desmembrados e retirados da alçada da força-tarefa de Curitiba, cuja atuação ficaria restrita aos processos diretamente relacionados ao escândalo de Petrobras. O poder do ministro Edson Fachin, relator da Lava-Jato no Supremo Tribunal Federal, também está sendo esvaziado pela maioria de seus colegas da Segunda Turma, também chamada de Jardim do Éden, onde quase sempre é derrotado pelos “garantistas”.

Ontem, Toffoli foi sorteado relator do pedido para retirar da Justiça Federal do Paraná o processo ao qual o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva responde por causa de um sítio em Atibaia (SP). O petista é acusado de receber o imóvel e obras de melhoria na propriedade como propina de empreiteiras por contratos na Petrobras, mas nega as acusações. O laudo da perícia feita pela Polícia Federal, porém, reúne provas ainda mais robustas do que as do caso do triplex de Guarujá, pelo qual o ex-presidente da República está preso na Polícia Federal em Curitiba, condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região a 12 anos e 1 mês em regime fechado.

Lula nega as acusações.

O pedido de seus advogados será apreciado por Toffoli, que já tem um antecedente de revisão de decisões tomadas por Fachin (no caso do ex-prefeito Paulo Maluf, que recebeu um habeas corpus humanitário). Como relator do pedido, Toffoli poderá decidir monocraticamente, a pedido da defesa, ou remeter o caso para a Segunda Turma, que recentemente determinou que as provas relativas à delação premiada da Odebrecht no caso do sítio de Atibaia fossem remetidas por Moro para a Justiça Federal de São Paulo. A tese dos advogados de Lula é de que Moro não seria o juiz natural, sim, um "juiz de exceção", porque o caso do sítio de Atibaia não teria relação direta com a Petrobras. A interpretação da força-tarefa da Lava-Jato é contrária, ou seja, de que há ligação com o escândalo da estatal, sim, e que a decisão da Segunda Turma não retira o processo da alçada de Moro.

Toffoli foi autor do voto vencedor no julgamento que decidiu, na semana passada, enviar para a Justiça Federal de São Paulo os trechos das delações premiadas de ex-executivos da Odebrecht sobre o sítio e sobre suspeitas de irregularidades na instalação do Instituto Lula. A defesa de Lula requereu uma liminar para suspender o processo do sítio até que o STF decida se a ação penal deve ou não ser remetida para São Paulo, assim como foram enviados os depoimentos da Odebrecht. A condenação de Lula por Moro no caso do sítio é dada como quase inexorável, razão pela qual os advogados querem anular o processo com o argumento de que tanto as provas como o próprio julgamento seriam ilegais.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo****Título: Minas e Energia gera polêmica com críticas em rede social**

O **Ministério de Minas e Energia (MME)** adotou o Twitter para intensificar a estratégia definida na última semana pelo ministro Moreira Franco de combater a alta das tarifas de energia e defender a privatização da Eletrobras. Em comentários publicados nos últimos dias, em sua conta oficial na rede social, o MME informou que as tarifas subiram 499% desde 2012. Pelo mesmo canal, a pasta chegou a criticar funcionários da estatal, que seriam "desnecessários" e estariam recebendo salário "fora do padrão", mas excluiu o conteúdo posteriormente.

Em comentário publicado na terça-feira no Twitter, o MME questiona: "Sabe porque [sic] sua conta de luz está alta? Porque você vêm [sic] pagando 499% de reajuste tarifário desde 2012?". Em outro post, publicado no sábado, o

ministério afirma: "Faça chuva ou faça sol, você sempre paga caro pela energia elétrica. Com a modernização da Eletrobras, essa história de mudar a cor da bandeira vai acabar".

Cálculos feitos pela consultoria TR Soluções para outra reportagem produzida pelo Valor indicam que a tarifa média de energia no país cresceu 56,72%, passando de R\$ 267,83 por megawatt-hora, em dezembro de 2012, para R\$ 419,75/MWh, em dezembro de 2017. Os cálculos não consideram impostos e bandeiras,

A partir de informações na página da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na internet, o valor médio nominal da "tarifa de fornecimento" em dezembro de 2012, era de R\$ 300,40/MWh (sem imposto) e de R\$ 410,30/MWh (com imposto). Em fevereiro deste ano (último dado disponível), esses valores eram, respectivamente, R\$ 426,19/MWh e R\$ 590,03/MWh, o que representa aumento de 42% e 44%, respectivamente. No mesmo período, o IPCA evoluiu 37,3%.

Procurado pelo Valor para explicar o cálculo que apontou 499% de aumento das tarifas de energia, o MME informou que, na verdade, o aumento não foi desde 2012, mas desde 1998, e que o dado consta de matéria veiculada pelo programa "Bom Dia Brasil", com base em levantamento feito pelo Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina).

O diretor do Illumina, Roberto D'Araujo, disse desconhecer esse número. Segundo ele, as tarifas de energia para os clientes industriais cresceram cerca de 130% acima da inflação nos últimos 20 anos. Para os consumidores residenciais, o crescimento no período foi de cerca de 50% acima da inflação. A Aneel disse não encontrar relação entre a eventual privatização da Eletrobras e a mudança de patamar das bandeiras tarifárias. A agência disse não haver, internamente, qualquer estudo para acabar com as bandeiras.

Sobre as críticas a funcionários da Eletrobras, em uma das postagens no Twitter, feita durante a manhã de terça-feira, o MME disse haver "milhares de funcionários desnecessários da Eletrobras (e de suas distribuidoras) e outros cheios de privilégios recebendo salários fora do padrão." O comentário foi apagado depois. Em outra publicação apagada pelo MME foi dito que a Eletrobras é ineficiente, está endividada, "e ainda assim sustenta funcionários caríssimos".

Emanuel Torres, diretor da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel) disse que a entidade vai adotar "as medidas judiciais cabíveis" sobre os comentários publicados pelo MME. "Isso deixou a categoria muito chateada. Eles [MME] que explicitem quem ganha muito ou que não faz nada."

Os comentários do MME também foram criticados pelo representante dos funcionários no conselho de administração da Eletrobras, Carlos Eduardo Rodrigues Pereira. "Às vésperas do arquivamento do [relatório] 20-F [na Securities and Exchange Commission (SEC)] nos EUA, publicar manifestações que não encontram aderência com as informações oficiais da empresa sequer pode ser encarado como atitude responsável", disse Pereira, em carta enviada aos funcionários da Eletrobras, a qual o Valor teve acesso. O Valor não conseguiu contato com o conselheiro.

Para o diretor de uma instituição do setor elétrico, que não quis se identificar, os comentários são uma "catástrofe". Ao Valor, o MME confirmou que os comentários sobre a Eletrobras e seus funcionários foram publicados na conta oficial da pasta no Twitter e depois retirados, porque estavam "errados".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Eletrobras aponta incertezas sobre privatização

A Eletrobras informou que não tem como prever as consequências financeiras e operacionais da proposta do governo de privatização do controle da companhia, por meio da diluição da participação da União na empresa. A afirmação consta do relatório 20-F, arquivado na última segunda-feira na Securities and Exchange Commission (SEC), a comissão de valores mobiliários americana.

No documento, a Eletrobras também lembra que o projeto de lei sobre a desestatização da companhia ainda precisa ser aprovado pelo Congresso, "que pode propor alterações nas condições estabelecidas [no projeto]". A estatal acrescentou que há incertezas quanto ao modelo final para a redução da participação do governo na empresa.

As informações estão contidas no capítulo sobre "fatores de risco" do 20-F. Nesse capítulo, a Eletrobras acrescentou que não há data definida para o Congresso deliberar sobre o tema e que "certos grupos" podem contestar a proposta do governo, o que poderia levar a questões políticas e legais que podem levar a empresa a perder tempo.

A Eletrobras alertou ainda para possíveis efeitos no perfil de endividamento da empresa. Isso porque, com a privatização, o governo passaria a controlar menos de 50% do capital da empresa e que, caso não haja um acordo adicional, isso pode permitir que alguns credores decidam acelerar o vencimento de dívidas.

A Eletrobras também contou que a proposta de haver uma "golden share" para o governo brasileiro na Eletrobras, o que dará poder de veto à União em alguns pontos específicos, pode requerer a aprovação da bolsa de valores de Nova York (Nyse) para as american depositary receipts (ADRs) listadas nos Estados Unidos. "Consequentemente, a diluição do capital [do governo] pode afetar adversamente o preço das ADRs", completou.

No 20-F, a estatal reafirmou que os recursos oriundos do aumento de capital, com a diluição da participação do governo, serão usados para pagar bônus pela concessão de hidrelétricas existentes da empresa, no processo de descotização da energia dessas usinas.

Com relação às suas seis distribuidoras que pretende vender, a Eletrobras lembrou que se elas não tiverem o controle transferido até 31 de julho, serão liquidadas, podendo acarretar em custos adicionais à holding estimados e R\$ 21,5 bilhões. "Consideramos a possibilidade de liquidação remota, já que a venda das empresas de distribuição é nossa prioridade", informou a companhia. Por esse motivo, essa despesa potencial não está incluída nas demonstrações financeiras da estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Sem reajuste, Angra 3 ficará inadimplente no fim do mês, diz relator

O deputado Júlio Lopes (PP-RJ), relator da Medida Provisória 814, disse ontem que o projeto da usina nuclear de Angra 3, em Angra dos Reis, entrará em colapso financeiro já no fim deste mês se a tarifa atual, no patamar de R\$ 240 o megawatt-hora (MWh), não for reajustada para permitir a renegociação de mais de R\$ 11 bilhões em empréstimos concedidos pela Caixa e pelo BNDES.

"Se não for dada uma solução para Angra 3 ainda neste mês, o sistema entrará em 'default'. A Eletrobras não tem dinheiro para pagar ao BNDES que será obrigado a declarar a inadimplência da Eletronuclear", disse Lopes ao deixar audiência da Comissão Especial da Câmara que discute a privatização da estatal.

Na semana passada, o deputado apresentou em relatório uma emenda à MP 814 que define as condições para atualização da tarifa de Angra 3, tomando como referência o custo da energia fornecida por usinas nucleares no exterior.

Segundo o parlamentar, a situação da Eletronuclear já é "insustentável". De acordo com o parlamentar, há mais de um ano as parcelas dos empréstimos subiram do patamar de R\$ 8 milhões para R\$ 38 milhões por mês, quando a

subsidiária da Eletrobras passou a apagar o saldo principal. Desde então, disse, foram suspensas as contrapartidas de investimentos que vinham sendo feitas nos municípios próximos ao empreendimento.

"Se não houver um elemento novo [aumento da tarifa] como é que os bancos vão justificar a quarta renegociação?", questionou Lopes. Ele informou que, do crédito de R\$ 11 bilhões, cerca de R\$ 7,5 bilhões foram concedidos pelo BNDES e R\$ 3,5 bilhões pela Caixa.

Lopes afirmou que, na prática, os contratos de empréstimos podem ser declarados vencidos antecipadamente se a reajuste na tarifa de Angra 3 não sair. "Se isso acontecer o BNDES será obrigado a mudar o indexador da dívida de TJLP para TLP. E a TLP vai custar 20% a mais que a TJLP".

O setor estima que o valor da energia de Angra 3 pode ser elevado para cerca de R\$ 500/MWh se houver a equiparação à tarifa média internacional. "Com esse preço [R\$ 240/MWh], não é sustentável a equação financeira para terminar o projeto", afirmou.

O relator da MP 814 disse que o aumento da tarifa somente será sentido nas contas de luz a partir de 2026, com a conclusão das obras e início da geração. Ele considera que o volume de energia contratada vai substituir o fornecimento de térmicas com custo ainda mais elevado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Produção de petróleo tem alta de 0,3% em março

A produção nacional de petróleo caiu 2,3% em março, na comparação com fevereiro, informou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ao todo, foram produzidos, no mês retrasado, 2,557 milhões de barris de petróleo por dia, o que representa um crescimento de 0,3% ante março de 2017.

Segundo a ANP, a queda já era esperada, em virtude de paradas programadas de manutenções de equipamentos nas plataformas nos campos de Peregrino, na Bacia de Campos, e Lula, na Bacia de Santos.

Já a produção de gás natural caiu 2,6% em março, ante fevereiro, para 107 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia), em função das paradas de manutenções nas plataformas nos campos de Lula, na Bacia de Santos, e

Peroá/Cangoá, na Bacia do Espírito Santo. Na comparação com igual mês de 2017, houve uma alta de 5,6%.

O aproveitamento de gás no Brasil em março alcançou 96,9% do volume total produzido. A queima totalizou 3,3 milhões de m³ /dia, uma redução de 7,6% se comparada ao mês anterior e de 4,1% em relação a igual mês de 2017.

A ANP destacou que o pré-sal já responde por 54% da produção total de óleo e gás do país. Ao todo, foram produzidos, em março, 3,23 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/dia).

A produção do pré-sal em março totalizou 1,745 milhão de BOE/dia, uma redução de 1% em relação ao mês anterior.

O campo de Lula, na Bacia de Santos, segue como maior produtor de petróleo e gás natural do país, tendo produzido, em média, 832 mil barris/dia de petróleo e 34,8 milhões de m³ /d de gás natural.

A Bacia de Santos é responsável por 47% da produção nacional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Com cotas, venda de aço aos EUA deve cair 20%

As cotas de importação adotadas pelos Estados Unidos em relação ao aço brasileiro devem reduzir as exportações das siderúrgicas nacionais ao mercado americano em 20% neste ano. Os cálculos foram feitos com base nas informações do próprio Instituto Aço Brasil, que representa as empresas do setor no país.

Não havia outra saída a não ser aceitar a imposição dos EUA, disse o instituto. Um executivo de uma grande siderúrgica brasileira disse, sob condição de anonimato, que "a indústria está encurralada" e não teria outra alternativa ao acordo, "por pior que ele seja".

Em entrevista coletiva realizada ontem, o presidente do instituto, Marco Polo de Mello Lopes, disse que em semielaborados é esperado um máximo de 3,5 milhões de toneladas exportadas. Já em elaborados, esse volume chegaria a 687 mil toneladas, mas por conta de medidas antidumping e de salvaguarda dos EUA contra produtos brasileiros, deve cair para 496 mil toneladas.

No ano passado, o Brasil enviou 5,02 milhões de toneladas aos EUA. Desse total, 4,1 milhões de toneladas foram semiacabados - placas, lingotes, blocos e

tarugos -, e o restante, cerca de 920 mil toneladas, em acabados - planos, longos e tubos. Por isso, o Aço Brasil crê em queda de aproximadamente 7,4% nas exportações aos EUA de semielaborados neste ano frente a 2017. As vendas de elaborados ao mercado americano recuariam de 20% a 60%.

Segundo Lopes, o acordo oferecido pela administração Donald Trump "não é de todo ruim" no caso dos semielaborados. Esse era o principal ponto do argumento brasileiro aos EUA, de que as siderúrgicas americanas necessitam estruturalmente desses produtos, especialmente as placas, para transformar em elaborados.

"Em acabados, vemos quatro grandes grupos: planos, longos, tubos e aços especiais. É difícil quantificar por causa da variedade de produtos, mas a queda vai de 20% a 60%", explicou Lopes.

Esses cálculos foram feitos com base nas cotas determinadas pelo governo americano, de que em semiacabados não será recebido nenhum volume acima da média entre 2015 e 2017, mesma limitação imposta para acabados, que terá adicional redutor de 30%. O presidente do Aço Brasil revelou que as cotas serão retroativas até janeiro deste ano, e que haverá um sistema de monitoramento para determinar potenciais correções.

O governo brasileiro, acrescentou, não fará monitoramento porque considera que, dentro das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), cotas seriam ilegais. Todo o acompanhamento será feito pela Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA (CBP, na sigla em inglês). Paralelamente, a entidade vai buscar isenção de alguns produtos específicos que são fabricados por aqui e que não têm similar nem nos EUA, nem no Nafta - Canadá e México.

Lopes contou que na semana passada os EUA deram um ultimato ao governo federal: ou aceitavam as cotas, ou a taxaço excedente ao aço e ao alumínio. "A sensação geral, na minha opinião, é de que o assunto não foi tratado adequadamente", disse.

A expectativa do Aço Brasil é que todos os termos da seção 232 sejam definidos finalmente no prazo de uma semana a dez dias. A partir daí, com as regras mais claras, a entidade vai conversar com todas as associadas e dividir - a princípio pela participação de cada uma nos últimos anos - entre elas as cotas. "É como se fosse um acordo de cavalheiros."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Bancos aderem à ação contra Petrobras

Seguindo o exemplo dos maiores fundos de pensão do país, praticamente todos os bancos de grande e médio portes aderiram à arbitragem "coletiva" proposta contra a Petrobras na Câmara de Arbitragem de Mercado (CAM) da B3, apurou o Valor.

As adesões incluem a Caixa e o Banco do Brasil, e grandes instituições privadas como Itaú, Bradesco e Santander. Segundo fontes, o processo, que corre em sigilo, também teve a adesão de grandes fundos de investimento, nacionais e estrangeiros. O prazo para novas adesões foi encerrado, mas alguns investidores, que levaram mais tempo que o esperado para reunir os documentos necessários, entraram com pedidos de "protesto interruptivo", e podem ampliar a lista.

A primeira grande adesão ao processo foi da Petros, fundo de pensão de funcionários da própria Petrobras. Dias depois, Previ (Banco do Brasil) e Funcef (Caixa) também formalizaram a adesão, devido ao entendimento de que não fazê-lo violaria o dever fiduciário que os gestores têm junto aos investidores. Essa mesma lógica norteou as demais adesões de grandes sócios da petroleira estatal.

O objetivo da arbitragem, liderada pelo escritório Modesto Carvalhosa, continua sendo replicar, na medida do possível, ação coletiva que foi movida por investidores contra a petroleira nos Estados Unidos, e que terminou em janeiro com um acordo no qual a estatal se comprometeu a pagar US\$ 3 bilhões em indenizações.

Ainda que a estatal tenha deixado claro no acordo que este não representava uma admissão de culpa, o entendimento dos advogados brasileiros é que o pagamento da indenização corresponde, necessariamente, à assunção de responsabilidade pela companhia. Caso contrário, a Petrobras e seus gestores estariam cometendo uma "liberdade" com dinheiro público.

O acordo também se transformou em uma referência para o valor pleiteado pelos investidores da Petrobras no Brasil. A ideia é que os US\$ 3 bilhões sirvam de base, de forma proporcional, à indenização a que os locais têm direito.

Embora a legislação brasileira seja diferente da americana, a arbitragem também acusa a Petrobras de ter violado o dever de informação aos acionistas, ao contabilizar pagamento de propina como ativos e fazer comunicados falsos sobre governança, entre outros temas. A ação não se baseia na Lei das Sociedades por Ações, mas sim em instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), regras do mercado de capitais e na Constituição brasileira.

Essa é a primeira tentativa de uma ação desse tipo na Justiça brasileira. Assim como nos Estados Unidos, os que aderiram não vão arcar com os custos do processo, e os advogados só receberão honorários se tiverem sucesso. A diferença é que todas as adesões precisam ser formalizadas antes, e não necessariamente todos os acionistas que tiverem negociado ações da estatal no período da ação (de janeiro de 2010 a julho de 2015) terão direito à uma indenização.

Nos Estados Unidos, o principal incentivo à Petrobras para fechar um acordo foi a possibilidade de que seus recursos fossem rejeitados e o processo fosse decidido por um júri popular, com o qual avaliavam ter chances muito baixas. Na arbitragem, serão escolhidos três árbitros. Um indicado pela estatal, um pelos investidores, e um terceiro por consenso. Segundo investidores com conhecimento da situação, isso deve acontecer até o fim de maio. Como se trata de um processo complexo e inédito, a expectativa é que se arraste por pelo menos mais dois anos.

Petrobras, Bradesco, Caixa, Itaú e Banco do Brasil disseram que não iriam comentar. O Santander não respondeu o contato até a publicação desta edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Emenda à MP 811 opõe Petrobras e setor petroquímico

A possibilidade de realização de leilões de óleo e gás do pré-sal pela Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) exclusivamente para refino e produção de químicos no Brasil colocou Petrobras e indústria em lados opostos. A origem da discórdia é uma emenda à Medida Provisória 811, que permite à PPSA comercializar a parcela pertencente à União.

De um lado, a indústria química defende que o leilão exclusivo abre oportunidade para maior oferta de matéria-prima e queda dos preços praticados no mercado doméstico. De outro, a estatal vê no texto que pode ser aprovado pelo Congresso Nacional uma manobra do setor químico para garantir acesso à matéria-prima subsidiada, sem endereçar claramente essa conta.

A MP, agora projeto de lei de conversão (PLV) a ser votado no plenário da Câmara e do Senado, prevê em seu artigo terceiro que a União poderá determinar à PPSA a realização de "leilão de contrato de longo prazo para refino do seu petróleo, processamento de gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos da União, especificamente em unidades no território nacional, com objetivo de ampliação da cadeia de refino e petroquímica".

Antes, porém, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) terá de ser ouvido. As condições de comercialização serão regulamentadas pelo Ministério de Minas e Energia e o preço de referência fixado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O trecho não estava previsto na proposta original e foi inserido por sugestão da Frente Parlamentar da Química (FPQ), que previa também o uso desses recursos como energia - finalidade retirada na versão final.

Já aprovada por comissão mista, a medida pode ampliar o número de refinarias no país e fortalecer o setor petroquímico ao abrir portas a novos produtores locais de matéria-prima, na avaliação do relator, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Contudo, serão necessários investimentos de bilhões de reais e um contrato de longo prazo que garanta acesso ao óleo ou gás, e assim atraia interessados em executar esses projetos.

De acordo com o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo, a medida pode abrir, de fato, novas oportunidades de investimento. "Uma das consequências de um leilão dessa natureza é a abertura do mercado [de matérias-primas petroquímicas], que passará a refletir as cotações internacionais", diz.

Para a estatal, o uso do gás para determinado segmento cria distorções e tem efeito negativo na modernização do setor. "A Petrobras entende que o aprimoramento da legislação de gás natural deve ter como premissas a isonomia entre diversos agentes, a competitividade, a liquidez, e o acesso à informação, permitindo atrair novos investimentos e contribuir para o crescimento desse mercado", informou em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Engie busca novos ativos em leilões

A Engie Brasil Energia, maior empresa privada de geração de energia, quer continuar a reforçar sua presença nos leilões deste ano. Após estreiar em 2017 no mercado de transmissão e comprar as hidrelétricas Jaguará e Miranda, que pertenciam à Cemig e tiveram seus contratos encerrados, a Engie mira novas aquisições nas áreas de energia e gás natural, ao mesmo tempo em que busca novos compradores para seus ativos a carvão.

"Nosso objetivo é continuar perseguindo ativos de geração renovável, mas também ativos de infraestrutura e transmissão. Isso [interesse em transmissão] vai continuar, participando todo o ano de leilões, em busca de lotes que fazem sentido do ponto de vista geográfico e estratégico", afirmou o presidente da holding Engie no Brasil, Maurício Bähr, que participou ontem do Engie Brasil Innovation Day, evento sobre inovação promovido pela empresa.

O executivo também manifestou interesse da empresa de participar do próximo leilão de energia nova A-6 de agosto. Questionado se a empresa apresentou proposta vinculante pela Transportadora Associada de Gás (TAG), ele disse apenas que a Engie "mantém interesse em ativos de infraestrutura de gás".

Ao mesmo tempo em que busca novas aquisições, a Engie manifesta preocupação com algumas de suas concessões atuais. Segundo Bähr, o recente descasamento entre a TJLP e a Selic, impulsionado sobretudo pela queda da taxa de juros básicos, tem tirado o equilíbrio econômico-financeiros dos grandes projetos de hidrelétricas do país, dentre os quais Jirau, no rio Madeira (RO). Bähr defendeu que as condições de algumas concessões precisam ser revistas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Venda da Amazonas Energia esbarra na Cigás e em aprovação

A conclusão da desverticalização da Amazonas Energia e, consequentemente, a privatização da distribuidora, que é subsidiária da Eletrobras, ainda precisa superar dois obstáculos: a aprovação da Medida Provisória (MP) 814, que vence em 1º de junho, e a conseguir a aprovação do acordo de renegociação de dívidas assinado na segunda-feira entre Petrobras e Eletrobras pela estatal amazonense Cigás.

O processo já teve uma grande vitória com o acordo com a Petrobras, que levou anos sendo negociado, e que repactou R\$ 17 bilhões da dívida de R\$ 20 bilhões acumulada pela elétrica com a petroleira, referente à compra de combustíveis para geração de energia. Com isso, foi possível que o conselho de administração da Eletrobras aprovasse, dentro do prazo necessário, a separação entre as atividades de geração e distribuição da Amazonas Energia, processo fundamental para a venda da distribuidora.

A Amazonas Distribuidora, no entanto, vai continuar com R\$ 3 bilhões em dívidas com a Petrobras. A solução para essa dívida depende da aprovação da Medida Provisória (MP) 814 nos termos do relatório da Comissão Mista criada para analisar o tema, apurou o Valor.

Sem MP, eventual novo sócio da distribuidora vai ter de assumir cerca de R\$ 3 bi em dívidas com a Petrobras

Se o texto da MP for aprovado da forma como está, o montante em aberto será coberto pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial pago por todos os consumidores via tarifa de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), inclusive, reprocessou o cálculo dessa dívida, e um documento da área técnica indica que ela pode ser reduzida a R\$ 2,5 bilhões.

Foi a discussão sobre esse montante que atrasou o acordo entre as duas estatais, necessário para a conclusão da desverticalização. Enquanto a Petrobras alega que os R\$ 3 bilhões são devidos pela própria Amazonas Energia e, consequentemente, pela Eletrobras, a estatal elétrica diz que os recursos deveriam ser pagos diretamente à petroleira por meio da CDE.

Se a MP 814 não for aprovada de forma que transfira essa dívida para a CDE, o potencial comprador da Amazonas Distribuidora precisaria apresentar novas garantias à Petrobras. Isso pode inviabilizar a venda da concessionária. Para não caducar, a MP precisa ser aprovada até 1º de junho. A venda das concessionárias deve acontecer depois disso, entre o fim de junho e começo de julho.

Mesmo com a aprovação da MP 814, a Cigás, que faz a intermediação da compra e venda dos combustíveis entre uma empresa e outra, pode impedir a realização da desverticalização. O Valor apurou que a estatal amazonense não aprovou ainda os termos do novo acordo firmado entre Petrobras e Eletrobras.

Segundo uma fonte com envolvimento nas negociações, a Cigás ainda não formalizou os pontos de "resistência" ao acordo, mas há preocupação sobre uma eventual implicação tributária para a companhia, que não teve acesso aos termos dos contratos de confissão de dívida (CCDs) firmados entre as gigantes estatais. A Cigás não foi informada ainda, por exemplo, como será o pagamento da parte da dívida que lhe diz respeito.

Ainda que o prazo final para a aprovação da desverticalização tenha acabado em 30 de abril, a Eletrobras tem até o fim de maio para apresentar toda a documentação à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A expectativa da companhia é de conseguir concluir todos os acordos necessários dentro desse prazo.

Ao Valor, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, disse que as discussões dos demais temas devem ser concluídas nos próximos dias, antes da privatização das distribuidoras.

A Amazonas Energia é a mais problemática das seis distribuidoras colocadas à venda pela Eletrobras. As outras concessionárias são Ceron (Rondônia), Boa Vista (Roraima), Eletroacre, Ceal (Alagoas) e Cepisa (Piauí). A previsão inicial era de que a venda aconteceria em abril, mas o processo foi adiado diversas vezes, por problemas relacionados ao TCU e também à distribuidora do Amazonas.

Procurada, a Cigás não respondeu até o fechamento da edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Rodrigo Polito e Marcelle Gutierrez

Título: Eletrobras fecha acordo 'positivo' nos EUA

A Eletrobras anunciou ontem que fechou acordo para encerrar a ação coletiva movida contra a estatal nos Estados Unidos. Para isso, concordou em pagar US\$ 14,75 milhões aos investidores. Segundo fontes, o montante foi apurado por peritos contratados pelas partes, e foi considerado um acordo "positivo" para a companhia.

Ao justificar o acordo, a Eletrobras destacou que o acerto não significa assunção de culpa, e tem a finalidade de eliminar o risco de um julgamento adverso, que poderia afetar a empresa e sua situação financeira.

A estatal havia alertado sobre os riscos da ação coletiva no formulário 20-F (equivalente ao formulário de referência) arquivado na Securities and Exchange Commission (SEC) na segunda-feira.

O montante que será pago, caso o Tribunal do Distrito Sul de Nova York aprove o acordo, é muito menor que os US\$ 3 bilhões pagos pela Petrobras também para encerrar a ação coletiva nos Estados Unidos. Isso já era esperado no mercado. Diferentemente da petroleira, que tem recibos de ações (ADRs) preferenciais e ordinárias com grande volume negociado diariamente na Bolsa de Nova York (Nyse), as ADRs da Eletrobras têm baixo volume transacionado e pouca representatividade no mercado americano. Isso tem relação direta com a indenização, que calcula perdas obtidas por investidores que negociaram tais papéis por determinado período.

O volume médio diário das ADRs da Eletrobras é de US\$ 520,8 mil. As ADRs ordinárias da Petrobras, por sua vez, giram em média US\$ 18 milhões, enquanto as preferenciais têm volume médio de US\$ 7 milhões por dia.

Esta foi a segunda notícia positiva para a Eletrobras apenas nesta semana em relação ao mercado americano. Seu 20-F de 2017 trouxe apenas uma

"deficiência material", contra quatro identificadas no relatório de 2016. A deficiência mantida diz respeito aos controles internos em relação aos relatórios financeiros. Segundo a empresa, o controle não foi efetivo.

As outras três "deficiências materiais" identificadas em 2016 foram corrigidas. Os pontos incluem a redução de deficiências em processos de controle interno, correção dos relatórios financeiros de anos anteriores em velocidade apropriada e o monitoramento adequado das sociedades de propósito específico (SPEs).

MME / ASCOM .